

Texto 01

O Brasil tem capacidade de zerar emissões até 2040. Conheça dois caminhos possíveis.

A conclusão é de um relatório publicado hoje (5) Instituto Amazônia 4.0. Ele propõe alternativas baseadas em reflorestamento e transição energética.

Por Maria Clara Rossini - 5 nov 2025, 16h00

O Brasil tem capacidade de atingir a neutralidade de carbono até 2040, dez anos antes do proposto na meta oficial do governo federal. Essa é a conclusão do relatório "Brazil NetZero by 2024", que contou com a participação de pesquisadores notáveis da área: Mercedes Bustamante (UnB), Carlos Nobre (USP), Nathalia Nascimento (USP), Eduardo Assad (FGV) e Roberto Schaeffer (UFRJ).

O objetivo da pesquisa foi apresentar ao governo brasileiro opções para antecipar a meta de neutralidade, que atualmente está prevista para 2050. Na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024, o presidente Lula convocou as nações envolvidas a adiantar os compromissos climáticos em cinco ou dez anos.

Atingir a neutralidade de carbono (ou "Net Zero") não significa parar completamente de usar combustíveis fósseis. Ela implica uma soma de resultado zero. Todo o carbono emitido por automóveis, casas e indústria brasileiras seria reabsorvido pelas melhores máquinas de limpeza da atmosfera já criadas: as árvores. Dessa forma, é possível frear o aquecimento do planeta. A questão é que, atualmente, nós emitimos mais gases do efeito estufa do que absorvemos.

Existem duas maneiras de mudar isso: intensificar a captura de carbono ou reduzir as emissões. É por esses dois caminhos que o relatório apresenta os planos para atingir a neutralidade até 2040. O primeiro se chama AFOLU - 2040, e foca na redução do desmatamento e mudanças no uso do solo. O segundo é o Energy - 2040, voltado à transição energética.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-brasil-tem-capacidade-de-zerar-emissoes-ate-2040-conheca-dois-caminhos-possiveis/>. Acesso em: 05 nov. 2025

QUESTÃO 1

Qual é a tese principal defendida no texto?

- A) O Brasil deve abandonar totalmente o uso de combustíveis fósseis até 2040.
- B) O Instituto Amazônia 4.0 critica as metas climáticas do governo federal.
- C) O Brasil tem condições de atingir a neutralidade de carbono antes do prazo oficial.
- D) A meta de neutralidade de carbono só será possível após 2050.

QUESTÃO 2

No contexto do texto, o termo "Net Zero" pode ser entendido como:

- A) A ausência de qualquer emissão de carbono na atmosfera.
- B) A substituição integral de energia térmica por energia limpa.
- C) O fim do uso de combustíveis fósseis em todo o território nacional.
- D) O equilíbrio entre a emissão e a absorção de gases do efeito estufa.

QUESTÃO 3

A coesão textual é construída, neste texto, pelo uso de retomada de termos. Identifique a que se retoma o termo "Ela", no trecho "Ela implica uma soma de resultado zero":

- A) A transição energética.
- B) A neutralidade de carbono.
- C) A emissão de gases poluentes.
- D) A meta governamental de 2050.

QUESTÃO 4

O relatório mencionado no texto foi associado a dois pesquisadores notáveis, portanto apoia-se principalmente em qual tipo de argumento?

- A) Argumento de autoridade.
- B) Argumento por analogia.
- C) Argumento emocional.
- D) Argumento de exemplificação.

QUESTÃO 5

A expressão “as melhores máquinas de limpeza da atmosfera já criadas: as árvores” é um exemplo de:

- A) Metáfora.
- B) Hipérbole.
- C) Eufemismo.
- D) Antítese.

QUESTÃO 6

A linguagem utilizada no texto pode ser caracterizada como:

- A) Coloquial, com predominância de expressões do cotidiano.
- B) Jornalística-informativa, com uso de termos técnicos e clareza expositiva.
- C) Literária, com predomínio de metáforas e subjetividade.
- D) Técnica, restrita ao público científico especializado.

Leia o texto e responda as questões de 07 a 10.

Texto 02

De Passarinhos

*Para compor um tratado de passarinhos
É preciso por primeiro que haja um rio com árvores
e palmeiras nas margens.
E dentro dos quintais das casas que haja pelo menos
goiabeiras.
E que haja por perto brejos e iguarias de brejos.
É preciso que haja insetos para os passarinhos.
Insetos de pau sobretudo que são os mais palatáveis.
A presença de libélulas seria uma boa.
O azul é muito importante na vida dos passarinhos
Porque os passarinhos precisam antes de belos ser
eternos.
Eternos que nem uma fuga de Bach.*

(De passarinhos. Manoel de Barros)

QUESTÃO 7

O poema “De Passarinhos” apresenta uma sequência de recomendações e descrições. Essa organização textual promove:

- A) Uma sequência argumentativa que defende o valor científico do estudo sobre aves.
- B) Uma progressão temática baseada em enumeração de elementos necessários à existência dos passarinhos.
- C) Um encadeamento dissertativo voltado à denúncia da destruição ambiental.
- D) Uma construção narrativa centrada em um evento temporal específico.

QUESTÃO 8

No trecho “**Porque os passarinhos precisam antes de belos ser eternos**”, o termo “os passarinhos” retoma e reforça um referente já presente no texto. Essa retomada expressa:

- A) Coesão referencial por substituição pronominal.
- B) Coesão por conjunção causal, já que o termo se liga por “porque”.
- C) Coesão lexical por repetição enfática do termo central do texto.
- D) Coesão elíptica, pois o termo foi omitido em favor da economia textual.

QUESTÃO 9

Nos versos “**E que haja por perto brejos e iguarias de brejos. / É preciso que haja insetos para os passarinhos.**”, o uso reiterado da conjunção “E” cumpre que função textual?

- A) Estabelece uma relação aditiva, responsável pela continuidade e fluidez da enumeração.
- B) Cria uma relação de causa e consequência entre os elementos descritos.
- C) Indica o encerramento do poema, atuando como elemento conclusivo.
- D) Introduce uma oposição entre as ideias, expressando contraste.

QUESTÃO 10

Considerando o conjunto do poema, pode-se afirmar que seu **sentido global** é:

- A) Apresentar um manual técnico sobre espécies de aves e seus hábitos alimentares.
- B) Criticar o comportamento humano em relação à destruição da natureza.
- C) Relatar de forma documental o cotidiano dos passarinhos nos quintais.
- D) Propor poeticamente uma harmonia entre natureza, arte e eternidade.

MATEMÁTICA**QUESTÃO 11**

Um professor de matemática deseja realizar uma pesquisa sobre o desempenho dos alunos em avaliações anteriores. Para isso, ele precisa selecionar aleatoriamente 4 alunos de uma turma com 20 estudantes para responder a um questionário diagnóstico. Sabendo que a ordem dos alunos escolhidos não importa, de quantas formas diferentes o professor pode formar esse grupo?

- A) 4
- B) 4845
- C) 4840
- D) 484

QUESTÃO 12

Durante uma reunião pedagógica, foi feita a afirmação:

“Todos os professores participam da reunião.”

No entanto, para fins de lógica proposicional, o diretor deseja saber qual é a negação lógica correta dessa frase. A negação da proposição “Todos os professores participam da reunião” é:

- A) Nenhum professor participa da reunião.
- B) Todos os professores faltaram à reunião.
- C) Alguns professores não participam da reunião.
- D) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 13

Em uma turma do ensino fundamental, um professor registrou as notas de cinco alunos após uma avaliação: 5, 7, 8, 10 e 10. Ele deseja analisar o desempenho geral da turma calculando a média aritmética e a mediana dessas notas. Esses valores são, respectivamente:

- A) 7,5 e 8
- B) 8 e 8
- C) 8 e 9
- D) 8 e 10

QUESTÃO 14

Um professor de matemática está analisando o gráfico de uma função afim que representa o crescimento da nota média de uma turma ao longo dos meses.

Sabe-se que a função passa pelos pontos A(0, 2) (nota inicial) e B(4, 10) (nota após 4 meses). Com base nessas informações, qual será o valor previsto para a nota no 6º mês, ou seja, o valor de $f(6)$?

- A) 12
- B) 13
- C) 14
- D) 15

QUESTÃO 15

Um investidor aplicou R\$ 2.000,00 em um fundo de investimento que rende 10% ao mês, com juros compostos. Após 3 meses, ele deseja saber quanto terá acumulado ao final do período. O montante ao final dos 3 meses será:

- A) R\$ 2.200,00
- B) R\$ 2.420,00
- C) R\$ 2.500,00
- D) R\$ 2.662,00

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 16

1. Analise as afirmações a seguir sobre o processo de criação de novos municípios goianos nas décadas de 1980 e 1990 e em seguida marque (V) para as alternativas verdadeiras ou (F) para as falsas.

() A Constituição Federal de 1988 ampliou a autonomia política e administrativa dos municípios, permitindo que localidades como Novo Planalto conquistassem sua emancipação.

() Um dos principais desafios enfrentados pelos novos municípios foi a limitação de receitas próprias, o que gerou dependência de repasses estaduais e federais para custeio das despesas públicas.

() A emancipação de municípios como Novo Planalto, Campinaçu e Bonópolis refletiu o movimento nacional de descentralização administrativa e buscou aproximar a gestão pública das comunidades locais.

() A descentralização política favoreceu o fortalecimento da gestão local e o acesso direto a programas federais, embora muitas prefeituras recém-criadas tenham enfrentado carência de infraestrutura e de pessoal técnico qualificado.

Está correto o que se afirma em:

A) V - V - V - V

B) V - F - F - V

C) F - V - V - F

D) V - V - V - F

QUESTÃO 17

A construção de Brasília, inaugurada em 1960, representou um marco no processo de interiorização do desenvolvimento e de integração territorial do Brasil. Em Goiás, os efeitos foram particularmente expressivos: a nova capital federal modificou a dinâmica econômica, impulsionou a urbanização e reconfigurou o sistema viário e populacional do Estado. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

A) A transferência da capital para o Planalto Central resultou em estagnação econômica para Goiás, uma vez que concentrou os investimentos federais exclusivamente no Distrito Federal.

B) A construção de Brasília estimulou o crescimento urbano e econômico regional, transformando Goiás em um espaço estratégico para a logística, o comércio e o setor de serviços, especialmente nas áreas próximas ao Distrito Federal.

C) A interiorização do poder político reduziu o processo de migração interna e provocou a retração do mercado imobiliário nas principais cidades goianas.

D) A criação do Distrito Federal ocorreu sem alteração significativa das fronteiras territoriais de Goiás, preservando integralmente seu território original.

QUESTÃO 18

A imagem abaixo foi produzida em 1912 quando os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva, a serviço da Diretoria Geral de Saúde Pública, realizaram uma expedição científica pelo interior do Brasil, incluindo o atual norte de Goiás, e revelaram, por meio de relatórios e fotografias, a profunda desigualdade entre o Brasil urbano e o rural. As imagens e descrições apresentavam populações empobrecidas, acometidas por doenças endêmicas e privadas de serviços básicos, o que reforçou a percepção de um país “partido” entre civilização e atraso. Com base nesse contexto, marque (V) para as alternativas verdadeiras ou (F) para as falsas.



- () A expedição Neiva-Penna reforçou a visão do sertão como símbolo do atraso nacional, servindo de base para a construção de um discurso médico-científico que legitimava a intervenção do Estado no interior do país.
- () A expedição teve caráter meramente exploratório, sem impacto político ou influência sobre a criação de instituições e políticas de saúde pública no Brasil republicano.
- () As viagens científicas do início do século XX restringiram-se ao levantamento geográfico do território nacional, sem implicações sociais ou críticas às políticas públicas da época.
- () As expedições sanitárias evidenciaram o abismo entre o discurso modernizador da Primeira República e as condições reais do interior, ao mostrarem que o avanço urbano-industrial coexistia com o abandono sanitário e social das regiões rurais.

Está correto o que se afirma em:

- A) V, V, F, V
- B) V, F, F, V
- C) F, V, V, F
- D) V, V, V, F

QUESTÃO 19

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma jurídico e político no Brasil, estruturando o Estado Democrático de Direito e consolidando a redemocratização após o regime militar. Os artigos 1º a 5º estabelecem os fundamentos da República, seus objetivos fundamentais e os direitos e garantias individuais e coletivos, constituindo o núcleo axiológico da ordem constitucional brasileira. Com base nesses dispositivos constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios programáticos, dependentes de regulamentação infraconstitucional para produzirem efeitos jurídicos.
- B) A Constituição reconhece a propriedade privada como direito absoluto e irrestrito, sem condicioná-la à função social nem à possibilidade de desapropriação por interesse público.
- C) A República Federativa do Brasil funda-se, entre outros princípios, na dignidade da pessoa humana e nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o que reflete o equilíbrio entre a justiça social e a economia de mercado.
- D) Os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º aplicam-se apenas aos cidadãos brasileiros, excluindo os estrangeiros residentes no país, que dependem de tratados internacionais específicos para sua proteção.

QUESTÃO 20

O patrimônio cultural da cidade de Goiás, assim como o de outras cidades históricas brasileiras, ultrapassa o valor estético de seus monumentos. Ele se constitui como um espaço de memória e de produção de identidade, no qual se entrelaçam vivências, tradições e práticas sociais que configuram o modo de ser goiano. Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- A) O patrimônio cultural deve ser entendido como um conjunto de bens materiais e imateriais que expressam as múltiplas identidades de um povo, não se restringindo a monumentos ou obras de valor artístico excepcional.
- B) O reconhecimento de um bem como patrimônio histórico depende exclusivamente de sua inscrição formal em órgãos de preservação, sendo essa chancela o principal critério para que o bem adquira valor cultural perante a sociedade.
- C) A valorização do patrimônio goiano deve priorizar os monumentos coloniais, considerados mais representativos da história do estado, em detrimento das manifestações culturais recentes, que ainda não atingiram relevância histórica suficiente.
- D) A preservação patrimonial é um ato técnico que independe da participação comunitária, devendo ser conduzida exclusivamente por especialistas em arquitetura e conservação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Analise as afirmativas abaixo quanto à articulação entre os níveis de proteção social (básica e especial) e a matricialidade sociofamiliar e territorial, e assinale a alternativa que representa uma interpretação precisa e aprofundada de uma diretriz central da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), considerando sua ênfase na descentralização federativa, na intersetorialidade e no controle social democrático:

- A) A proteção social básica deve priorizar intervenções emergenciais de alta complexidade, relegando a prevenção de riscos à proteção especial, sem necessidade de articulação com políticas setoriais como saúde e educação para evitar sobreposição de responsabilidades municipais.
- B) A matricialidade sociofamiliar implica a centralização do atendimento em instituições estatais federais, minimizando o papel da comunidade e da família como eixos preventivos, a fim de garantir uniformidade nacional sem considerar diversidades territoriais.
- C) A proteção social especial de média complexidade deve ser articulada à básica por meio de referência e contrarreferência, promovendo a territorialização dos serviços e o fortalecimento de vínculos familiares, com participação obrigatória dos conselhos de assistência social na vigilância socioassistencial para mitigar violações de direitos.
- D) Os objetivos da PNAS limitam-se à provisão de benefícios eventuais em contextos de calamidade, excluindo a integração com programas de promoção de autonomia, como o trabalho social com famílias, para evitar diluição de recursos em ações de longo prazo intersetoriais.

QUESTÃO 22

O aumento de casos de violência intrafamiliar e de vulnerabilidade socioeconômica em famílias com crianças e adolescentes é observado em diversos municípios do estado de Goiás. Considerando os princípios, diretrizes e instrumentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a alternativa que descreve a ação municipal que melhor operacionaliza o SUAS para enfrentar esse quadro:

- A) O município contrata, por convênio direto com a União, a construção e gestão de um alojamento emergencial para famílias em situação de vulnerabilidade, centralizando a gestão do serviço no órgão federal contratado; simultaneamente suspende visitas domiciliares do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) para concentrar recursos na infraestrutura do alojamento.
- B) A Secretaria Municipal de Assistência Social amplia o PAIF em territórios prioritários e formaliza protocolos de identificação e encaminhamento com saúde e educação. Ativa o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para média/alta complexidade via referência/contrarreferência, pactua atendimento com a saúde estadual e submete as ações ao monitoramento dos conselhos.
- C) O município opta por priorizar exclusivamente a concessão de benefícios eventuais e auxílios financeiros diretos às famílias afetadas, sem articular serviços socioassistenciais específicos (PAIF/CREAS) nem firmar protocolos com saúde e educação, por entender que transferência de renda imediata resolve sobretudo a questão da vulnerabilidade e evita sobreposição de políticas públicas.
- D) Em resposta ao aumento dos casos, a Secretaria delimita atendimento apenas a usuários que procurem voluntariamente os serviços especializados, mantendo a intervenção essencialmente reativa; para preservar autonomia administrativa, decide não formalizar fluxos de referência com as escolas e unidades de saúde e retira a participação dos conselhos do processo de avaliação das ações.

QUESTÃO 23

Em um município com crescente dispersão populacional em zonas periurbanas, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) local tem desempenhado papel central na prevenção da vulnerabilidade social. Considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os princípios do SUAS e as competências típicas do CRAS, assinale a alternativa que descreve a estratégia de intervenção que mais adequadamente respeita o papel institucional do CRAS e sua articulação em rede para enfrentar essa realidade:

- A) Transformar o CRAS em unidade mista de atendimento, incluindo plantão permanente para acolhimento de violações graves de direitos (crianças em risco imediato, violência sexual), absorvendo assim funções do CREAS para garantir resposta local imediata e evitar deslocamentos dos usuários.
- B) Priorizar a ampliação do PAIF (grupos socioeducativos, visitas domiciliares e acompanhamento familiar) em todos os territórios periurbanos, realizar diagnóstico socioespacial participativo para ajustar oferta de serviços, formalizar protocolos de encaminhamento com saúde e educação, e ativar fluxos de referência/contrarreferência com o CREAS para casos de média/alta complexidade.
- C) Concentrar a atuação do CRAS na operacionalização de benefícios eventuais e na gestão do Cadastro Único como sua principal função, reduzindo a execução de atividades preventivas e de fortalecimento de vínculos, por entender que as transferências financeiras têm maior impacto imediato na redução da vulnerabilidade.
- D) Substituir os atendimentos coletivos do PAIF por atendimentos individuais agendados estritamente administrativos (orientação sobre benefícios, entrega de documentos), para tornar o serviço tecnicamente mais "eficiente", porém mantendo encaminhamentos informais com escolas e UBSs sem formalização de protocolos.

QUESTÃO 24

Em um território urbano, o CREAS recebe encaminhamento de CRAS sobre família X: casal jovem, duas crianças (6 e 10 anos), histórico de uso abusivo de álcool por um dos progenitores, relatos recentes de violência doméstica, moradia precária e indícios de trabalho infantil. Considerando a Tipificação Nacional, os objetivos e procedimentos do PAEFI (Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)/PAIF e o papel do assistente social, assinale a alternativa que contempla a conduta técnico-institucional mais adequada:

- A) Abrir atendimento PAEFI, realizar diagnóstico social ampliado e elaborar, com a família, o PAF (Plano de Atendimento Familiar) que contemple acompanhamento psicossocial continuado, medidas protetivas e articulação intersetorial, estabelecer fluxos de referência/contrarreferência e reavaliar continuamente os vínculos e medidas adotadas, priorizando a preservação da convivência familiar sempre que compatível com a proteção integral das crianças.
- B) Encaminhar imediatamente as crianças para acolhimento institucional e solicitar o afastamento cautelar do genitor com histórico de uso abusivo de álcool, sem instaurar acompanhamento familiar continuado pelo PAEFI, justificando que a prioridade é retirar as crianças do ambiente de risco para garantir sua proteção.
- C) Priorizar a concessão de benefícios eventuais e a inclusão de toda a família no cadastro de programas de transferência de renda como ação principal do CREAS, com encaminhamento informal à UBS e à escola, sem elaboração de PAF ou intervenção continuada do PAEFI, por entender que a mitigação da vulnerabilidade econômica resolverá as demais problemáticas.
- D) Registrar a denúncia no conselho tutelar e aguardar manifestação da família para prosseguir; enquanto isso, limitar-se a agendamentos esporádicos de orientação administrativa no CREAS (documentação, benefícios), sem ativar articulação com serviços de saúde mental ou formalizar fluxos com órgãos de proteção, sob a justificativa de respeitar a autonomia familiar e não "interferir" na esfera privada.

QUESTÃO 25

Em um município de porte médio, a gestão municipal tem tentado alterar procedimentos de participação no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS): adiou a realização da Conferência Municipal de Assistência Social, prometeu nomear representantes da sociedade civil indicados exclusivamente por entidades selecionadas pela própria Secretaria, e condicionou a participação de usuários a pré-cadastro e aprovação administrativa. Diante desse contexto e considerando a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a PNAS/2004, a estrutura do SUAS e o regime de controle social democrático, assinale a alternativa que representa a atitude institucional CORRETA e vinculante do CMAS:

- A) Aceitar as regras criadas pela Secretaria enquanto busca negociar prazos internamente; realizar eleição da sociedade civil somente após aprovação prévia das entidades pela Secretaria, para garantir "qualidade" dos representantes.
- B) Limitar-se a participar das reuniões convocadas pela Secretaria, sem adotar medidas de deliberação autônoma; entender como suficiente a indicação de entidades pela própria gestão quando estiverem "credenciadas" no Cadastro Único de Entidades, e priorizar negociação política discreta para não "confrontar" o gestor.
- C) Suspender provisoriamente todas as ações de controle social até que a Secretaria complemente a documentação exigida, pois o Conselho depende exclusivamente da infraestrutura e das convocações fornecidas pelo órgão gestor para validar qualquer ato deliberativo.
- D) Exigir a realização imediata da Conferência Municipal e conduzir processo público e autônomo para escolha dos representantes da sociedade civil, incluindo usuários, registrar/denunciar interferências indevidas ao Ministério Público e requerer ao gestor municipal infraestrutura e recursos para o funcionamento do Conselho.

QUESTÃO 26

Considerando os marcos legais e operacionais do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) e o papel técnico do assistente social no âmbito do SUAS e da proteção social, assinale a alternativa que apresenta a descrição mais precisa e aprofundada sobre a natureza, os critérios e os procedimentos vinculados ao BPC:

- A) A inscrição no Cadastro Único assegura automaticamente a concessão do BPC quando a família demonstra renda insuficiente; não se exige avaliação social detalhada nem perícia técnica para a implementação imediata do benefício.
- B) O BPC é cumulável com aposentadoria ou pensão previdenciária, de modo que um beneficiário pode receber simultaneamente o BPC e um benefício previdenciário cujo valor se some ao BPC sem qualquer restrição administrativa ou legal.
- C) O BPC é um benefício previdenciário contributivo destinado a pessoas idosas (≥ 65) e com deficiência que tenham comprovado tempo mínimo de contribuição; sua concessão independe de investigação social ou de inscrição no Cadastro Único, bastando a comprovação do tempo de contribuição.
- D) O BPC é benefício assistencial (não contributivo) da LOAS para idosos (≥ 65) e pessoas com deficiência com impedimentos que limitam a participação social; sua concessão depende de avaliação técnico-social (incluindo renda familiar per capita e uso do Cadastro Único), paga um salário-mínimo e pode ser reavaliada ou cessada.

QUESTÃO 27

Supondo que, diante do aumento da demanda, o Estado de Goiás propõe consórcio intermunicipal para gerir e financiar uma rede regionalizada de CRAS/CREAS sem pactuação interfederativa prévia nem deliberação pelos CMAS. Considerando as orientações previstas na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), gestão compartilhada, habilitação, cofinanciamento e controle social, assinale a alternativa com a conduta administrativa mais adequada:

- A) Aceitar a proposta do Estado e constituir imediatamente o consórcio, transferindo integralmente às instâncias estaduais as decisões sobre gestão e financiamento, sem formalizar pactuação ou submeter o acordo aos Conselhos Municipais, por considerar que o aporte financeiro estadual dispensa pactuação prévia.
- B) Formalizar o consórcio por meio de pacto interfederativo conforme NOB-SUAS, com definição clara de responsabilidades administrativas e financeiras e regras de cofinanciamento para garantir continuidade dos repasses, assegurar a participação e deliberação dos CMAS municipais/estadual, registrar Plano/Pacto e instituir fluxos de referência/contrarreferência e mecanismos de monitoramento e avaliação.
- C) Rejeitar qualquer arranjo consorcial e exigir que cada município mantenha e financie individualmente seus próprios CRAS/CREAS mesmo quando ineficiente, alegando que apenas a gestão municipal autônoma respeita a descentralização e os princípios do SUAS.
- D) Aceitar a constituição do consórcio sem pactuação formal, mas com a condição de que o Estado repasse mensalmente os recursos e que os conselheiros municipais sejam informados apenas após a implantação dos serviços, para acelerar a oferta de atendimento.

QUESTÃO 28

A Constituição Federal de 1988 instituiu a Seguridade Social como um sistema integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Com base nos fundamentos, diretrizes e tensões contemporâneas desse sistema, analise as alternativas abaixo e identifique aquela que expressa de forma mais precisa o princípio e a operacionalização da Seguridade Social no contexto atual brasileiro:

- A) A articulação entre saúde, previdência e assistência social pressupõe solidariedade intergeracional e financiamento tripartite, mas enfrenta desafios de regressividade fiscal e desvinculação de receitas, que fragilizam a universalidade e a integralidade previstas na Constituição.
- B) A Seguridade Social mantém a lógica contributiva como princípio unificador das três políticas que a compõem, de modo que a universalização do acesso depende da formalização no mercado de trabalho e da vinculação previdenciária dos cidadãos.
- C) O princípio da seletividade nas prestações da Seguridade Social permite a focalização exclusiva das ações no público em extrema pobreza, sem implicações para o caráter universal dos direitos, que permanece garantido pela contribuição previdenciária.
- D) A Assistência Social, como parte da Seguridade, atua prioritariamente por meio de benefícios monetários eventuais, não se articulando às demais políticas sociais por não possuir base orçamentária própria nem instrumentos de planejamento intersetorial.

QUESTÃO 29

A “questão social” é categoria fundante do Serviço Social brasileiro e se redefine conforme as transformações do capitalismo contemporâneo: a intensificação da financeirização, a precarização do trabalho e a captura neoliberal das políticas públicas. Analise as afirmativas abaixo e assinale a que expressa de forma mais adequada o papel do Serviço Social frente à reconfiguração da questão social no século XXI:

- A) O Serviço Social deve adotar uma postura pragmática de gestão de demandas emergenciais, ajustando suas práticas aos parâmetros de eficiência e resultados, como forma de garantir sustentabilidade institucional diante do desmonte das políticas públicas.
- B) A centralidade do mercado na mediação das relações sociais exige que o Serviço Social priorize a mediação individualizada com os usuários, deslocando-se das dimensões coletivas para fortalecer a autonomia subjetiva como estratégia de enfrentamento das desigualdades.
- C) A questão social, expressão das contradições entre capital e trabalho, manifesta-se de forma ampliada na atualidade e requer do Serviço Social a articulação entre intervenção técnica e crítica política, visando à defesa de direitos e à ampliação da cidadania frente à lógica neoliberal.
- D) A mundialização do capital e as novas formas de desigualdade dissolvem a questão social como categoria de análise, tornando obsoleta a perspectiva crítica marxista e exigindo um redirecionamento do Serviço Social para abordagens psicossociais e comportamentais.

QUESTÃO 30

A Lei nº. 8.662/1993 define as atribuições e competências do Assistente Social, demarcando o campo de autonomia técnico-operativa e o compromisso ético-político da profissão. Em consonância com as competências profissionais e os princípios éticos que regem o exercício da profissão, assinale a alternativa correta quanto a uma atribuição privativa do Assistente Social:

- A) Assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.
- B) Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
- C) Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
- D) Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.

QUESTÃO 31

O projeto ético-político-profissional do Serviço Social brasileiro consolidou-se como uma direção social crítica, comprometida com a defesa dos direitos humanos, da emancipação social e da democracia. Considerando seus fundamentos e desafios, assinale a alternativa correta quanto ao sentido e as implicações desse projeto para o exercício profissional:

- A) O projeto ético-político defende a neutralidade técnica e a adaptação do Serviço Social às demandas institucionais, visando garantir eficiência e reconhecimento profissional no mercado de trabalho.
- B) O projeto ético-político fundamenta-se na adequação do profissional às exigências burocráticas das políticas públicas, priorizando a eficácia dos procedimentos e o cumprimento das metas institucionais como expressão do compromisso ético.
- C) O projeto ético-político orienta uma prática crítica, unindo competência técnica e compromisso político na defesa dos direitos humanos, da liberdade e da justiça social.
- D) O projeto ético-político propõe a superação das mediações institucionais e a negação do trabalho técnico, substituindo a dimensão profissional por práticas exclusivamente militantes de caráter ideológico.

QUESTÃO 32

Um assistente social identifica que em uma unidade de acolhimento ocorrem reiterados episódios de negligência e maus-tratos contra pessoas em situação de vulnerabilidade. A direção da unidade orienta o profissional a “não levar o caso adiante” para evitar desgaste institucional e risco de exposição do serviço. Considerando o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS) e seus princípios, assinale a alternativa que expressa a conduta mais adequada eticamente e juridicamente ao assistente social:

- A) Acatar a orientação da direção e manter silêncio formal, anotando apenas em ficha interna para preservar o vínculo institucional e evitar risco de perda do emprego.
- B) Manter sigilo absoluto sobre os fatos e não denunciar, argumentando que o sigilo profissional é inviolável em todas as circunstâncias.
- C) Registrar e documentar tecnicamente os fatos, buscar medidas internas e, diante da omissão da direção, denunciar às autoridades competentes e ao Conselho Regional, tendo o cuidado de revelar apenas o estritamente necessário, na forma prevista pelo Código de Ética.
- D) Tornar público o caso imediatamente nas redes sociais e imprensa como forma de pressão, sem avisar previamente a equipe ou promover as instâncias internas de apuração, para garantir rapidez na proteção das vítimas.

QUESTÃO 33

Um morador de Novo Planalto, pessoa idosa de 82 anos, denuncia que uma agência bancária vem recusando atendimento preferencial, alegando que os protocolos locais só garantem prioridade a pessoas com 60 anos ou mais, sem distinção adicional e que, em razão de rotina administrativa, só atende por ordem de chegada. Considerando o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº. 10.741/2003) e suas alterações, assinale a conduta correta:

- A) Informar ao denunciante que a agência bancária está correta em aplicar atendimento “por ordem de chegada” e orientar sobre recurso administrativo posterior.
- B) Registrar a denúncia, exigir garantia imediata do atendimento preferencial, notificar o município e acionar canais de denúncia competentes (Conselho, MP, Ouvidoria).
- C) Sugerir a pessoa idosa que procure atendimento em outra cidade, para evitar conflito institucional, pois a priorização local é um critério discricionário da unidade e não há sanção clara no Estatuto para esse tipo de recusa.
- D) Aconselhar a pessoa idosa a buscar via judicial apenas quando houver dano efetivo comprovado, enquanto isso não registrar denúncia administrativa para evitar constrangimento.

QUESTÃO 34

Um adolescente de 16 anos foi apreendido por furto e dano, a família vive em situação de negligência. A escola considera negar matrícula, o Conselho Tutelar propõe internação socioeducativa imediata sem decisão judicial e a polícia pretende mantê-lo em cela. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas atualizações vigentes, assinale a alternativa correta:

- A) O Conselho Tutelar deve aplicar imediatamente medida de internação socioeducativa por ato próprio, pois a gravidade do ato justifica a privação de liberdade sem necessidade de procedimento judicial prévio.
- B) A escola pode recusar a matrícula até a conclusão do procedimento, pois processos disciplinares/extraterritoriais autorizam suspensão do acesso à educação enquanto houver investigação.
- C) A autoridade policial deve manter o adolescente em cela comum até que haja decisão administrativa do Conselho Tutelar, que tem competência para deliberar sobre medidas socioeducativas e sobre a privação provisória da liberdade.
- D) O Conselho Tutelar deve registrar e atuar em medidas de proteção familiares e a Vara da Infância e Juventude realizar a apuração do ato infracional, garantindo o devido processo e que a internação ocorra apenas por decisão judicial e como última instância.

QUESTÃO 35

Uma mulher atendida no CRAS relata que o companheiro vem praticando há meses ameaças, agressões verbais, controle financeiro, destruição de bens e recente exibição de arma. Ela está em situação de risco e a polícia minimiza o caso, sugerindo mediação. Considerando a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) e suas atualizações vigentes, assinale a alternativa com a correta conduta profissional do assistente social:

- A) Realizar mediação e articulação familiar imediata no CRAS para promover reconciliação, evitando encaminhamento à delegacia para preservar a unidade familiar.
- B) Acompanhar a mulher para registrar ocorrência (BO), requerer medidas protetivas de urgência, articular com Defensoria/MP, Juízo especializado e serviços de acolhimento e documentar tecnicamente o caso para acompanhamento e garantir proteção imediata.
- C) Orientar a mulher a recolher provas e aguardar um padrão mais claro de agressão antes de formalizar denúncia, pois denúncias prematuras podem piorar o conflito doméstico.
- D) Registrar informalmente o relato no CRAS e recomendar apenas atendimento psicossocial, deixando para a vítima a iniciativa de procurar a polícia se desejar, uma vez que a Lei Maria da Penha exige pedido formal da ofendida para medidas judiciais.

QUESTÃO 36

Um estado propõe um projeto regional para implantar o Programa Criança Feliz e ampliar ações de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em vários municípios, condicionando o cofinanciamento federal à transferência da gestão dos CRAS para a administração estadual. Diante disso, e considerando as diretrizes da NOB-SUAS e as normas do Ministério do Desenvolvimento Social/Fundo Nacional de Assistência Social, assinale a alternativa que descreve corretamente como devem proceder os municípios que contestam a imposição:

- A) Aceitar a centralização e transferir a gestão dos CRAS para o estado, porque o financiamento federal do Programa Criança Feliz só é liberado se a execução estiver unificada sob gestão estadual.
- B) Recusar as verbas federais e priorizar somente medidas locais financiadas por recursos próprios, pois o MDS exige que todas as verbas federalizadas sejam aplicadas exclusivamente por entidades estatais (e não por prefeituras).
- C) Aceitar a exigência do estado, mas subcontratar imediatamente uma ONG para operar os CRAS em nome do município, evitando qualquer participação direta da prefeitura na gestão dos serviços tipificados.
- D) Exigir pactuação conforme NOB-SUAS: adesão por termos/pactos, uso do Cadastro Único, manutenção da gestão municipal dos serviços tipificados, participação dos Conselhos e observância de instrumentos de cofinanciamento e prestação de contas.

QUESTÃO 37

Sobre os principais marcos da trajetória do Serviço Social brasileiro e sua relação com o projeto ético-político da profissão, assinale a alternativa que representa rigorosamente a interpretação histórica mais fundamentada:

- A) Originado em contextos filantrópicos, o Serviço Social profissionalizou-se e incorporou um modelo técnico-administrativo; posteriormente houve uma renovação crítico-teórica e emergiu o projeto ético-político, que combina rigor técnico e compromisso político em defesa da justiça social.
- B) Desde sua gênese o Serviço Social no Brasil preservou continuidade ideológica: sempre foi uma profissão neutra e técnica, essencialmente voltada à assistência caritativa, sem rupturas significativas nem elaboração posterior de um projeto ético-político crítico.
- C) A modernização do Estado e a profissionalização extinguiram qualquer vínculo com a caridade; assim, o Serviço Social sempre foi dominado por correntes marxistas desde a sua institucionalização, razão pela qual o projeto ético-político não representou novidade teórica.
- D) Após a profissionalização, a categoria rapidamente convergiu para práticas exclusivamente gerenciais e neoliberalizantes, não havendo, desde então, repertório teórico crítico relevante - o projeto ético-político foi um rótulo retórico sem conteúdo transformador.

QUESTÃO 38

Em um território com alto índice de desemprego e vulnerabilidade social, a equipe do CRAS debate estratégias de intervenção. Com base na instrumentalidade do Serviço Social, assinale a alternativa que expressa corretamente a atuação do assistente social:

- A) Integrar atendimentos individuais, grupos e ações comunitárias e políticas de forma articulada, com diagnóstico territorial, planejamento e princípios ético-políticos, visando fortalecer vínculos e promover mobilização social.
- B) Priorizar exclusivamente o atendimento individual no CRAS, porque as demandas pessoais exigem intervenções imediatas que resolvem as vulnerabilidades; mobilização coletiva e trabalho com grupos são secundários e podem ser delegados a ONGs ou voluntariado.
- C) Priorizar apenas ações comunitárias e políticas (movimentos sociais e mobilização), pois qualquer foco individual ou grupal corre o risco de reproduzir a lógica assistencial e despolitizar a ação; o assistente social deve abandonar intervenções diretas para virar exclusivamente articulador político.
- D) Substituir trabalho com grupos e comunidades por campanhas informativas massificadas e ações fragmentadas de emergência (entrega de cestas, mutirões), por serem mais eficientes em alcançar números grandes de pessoas; assim se reduz o custo operacional e se obtém resultados imediatos mensuráveis.

QUESTÃO 39

Em uma equipe interdisciplinar de CREAS, um assistente social identifica violação de direitos de usuário idoso por falha gestora. O superior orienta omissão de registro para evitar exposição; colegas minimizam, sugerindo paliativos; usuário demanda confidencialidade e proteção. Com base no Código de Ética, autonomia técnica e compromisso ético-político com direitos humanos, assinale a conduta mais adequada para equilibrar convivência com superiores/colegas e relação ética com usuário, promovendo intersectorialidade e controle social.

- A) Acatar orientação de superior e colegas para harmonia interna, registrando apenas pessoalmente e oferecendo escuta ao usuário sem encaminhamentos, preservando sigilo absoluto e evitando conflitos.
- B) Confrontar abertamente superior e colegas em reunião, expondo divergência para afirmar autonomia, e quebrar sigilo unilateralmente ao denunciar ao MP, priorizando direitos sobre relações colaborativas.
- C) Registrar confidencialmente, dialogar reservadamente com superior/colegas para sensibilização interna, articular com redes externas (conselhos/fiscalizadores) sem revelar identidades, garantindo participação do usuário e alinhando a princípios éticos de não subordinação e colaboração crítica.
- D) Delegar aos colegas o trato com superior, focando em atendimento individual ao usuário com empoderamento psicológico, sem articulações externas ou registros, justificando divisão de tarefas para harmonia profissional.

QUESTÃO 40

Durante o atendimento em um órgão público, uma assistente social se depara com diferentes situações: um usuário que chega exaltado e em sofrimento, exigindo atendimento imediato; outro que apresenta documentação incompleta e teme ser julgado; um gestor pressiona pela triagem rápida para reduzir filas; e colegas sugerem priorizar casos "mais tranquilos". Considerando os princípios ético-políticos e a dimensão técnico-operativa no atendimento ao público, assinale a alternativa com a conduta profissional mais adequada:

- A) Priorizar a triagem rápida, aplicando critérios de conveniência institucional e priorizando casos de menor complexidade, garantindo fluidez do atendimento e harmonia com a gestão.
- B) Adotar postura empática e acolhedora, garantindo atendimento sem discriminação, sigilo e orientação adequada, reconhecendo a singularidade do usuário e dialogando com a gestão para assegurar condições éticas de trabalho.
- C) Segmentar o público entre "colaborativos" e "difíceis", privilegiando os primeiros para otimizar resultados e reduzir conflitos no ambiente institucional.
- D) Evitar escuta aprofundada ou exposição emocional, mantendo foco exclusivamente técnico e impessoal, a fim de preservar neutralidade e eficiência do serviço.